

Acordo à vista

O IMPASSE nas negociações da dívida externa não trouxe nos últimos anos benefícios a ninguém: nem ao Brasil, nem aos credores. De fato, enquanto as portas do entendimento estiveram fechadas, as repercussões comerciais e financeiras no mercado internacional foram altamente negativas para ambas as partes.

FELIZMENTE, houve uma mudança nesse tipo de comportamento: as negociações foram retomadas e caminha-se para uma solução razoável com rapidez antes inacreditável.

POR motivos já amplamente discutidos, num quadro em que não há responsabilidade dos países devedores, o endividamento externo atingiu níveis incompatíveis com a capacidade de pagamento da maioria das nações que recorreram aos empréstimos para financiar seu desenvolvimento. O próprio mercado internacional reconheceu este fato, ao desagiar o valor dessas dívidas quando seus respectivos títulos eram renego-

ciados entre instituições financeiras. Os bancos credores, porém, recusaram-se por muito tempo a admitir a desvalorização da dívida e insistiram no pagamento pelo valor de face. Tentaram-se vários tipos de acordos, sempre com fórmulas paliativas, mas todos fracassaram, pela mesma razão: estavam fora da realidade.

EXIGÊNCIAS legais em seus países de origem obrigaram os bancos a formar reservas elevadas para compensar o não recebimento das dívidas, quase que reconhecendo o prejuízo como definitivo. Certamente os devedores teriam ficado em situação bem mais confortável se os acordos anteriores feitos tivessem refletido o que já vinha sendo ditado pelo mercado.

COMO é de praxe nas negociações, o Brasil agora apresentou uma proposta aos banqueiros reivindicando um desconto da ordem de 37% no valor de face da dívida externa. O efeito imediato de um desconto de qualquer valor é uma redução, em igual

proporção, dos juros pagos anualmente.

MESMO com uma redução, não serão módicas as quantias que o Brasil precisará pagar aos credores. Note-se que o desconto solicitado não foi um percentual escolhido ao acaso, mas sim um número compatível com o de negociações concluídas entre credores e outros países, como o México e a Venezuela. Assim, é de se esperar que o acerto final fique em torno desses valores.

EFETIVAMENTE, o Brasil é um dos poucos devedores com potencial de, no futuro, saldar a dívida. Em relação ao Produto Interno Bruto, o endividamento brasileiro é bem inferior ao de México, Chile e Argentina, países que retomaram o processo de recuperação de suas economias. Então, se o acordo com o Brasil tiver bases realistas, o problema poderá ser encaminhado para uma solução definitiva, virando-se essa triste página da história econômica contemporânea.

AO que tudo indica, não se está muito longe disso.